

[Handwritten signatures in blue ink]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS



PERÍODO DE 2023

(Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023)

ASSEMBLEIA GERAL EM 23 DE MARÇO DE 2024



ÍNDICE:

1 – ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS	3
2 – ÓRGÃOS SOCIAIS – (Mandato 2021-2024).....	4
3 – MENSAGEM DA MESA GERENTE.....	5
4 – ASPETOS RELEVANTES DA GESTÃO DO ANO 2023	8
5 – ACORDOS COM O INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE DA SEGURANÇA SOCIAL	8
6 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES.....	9
6.1 - ERPI -Estrutura Residencial para Idosos	9
6.2 - CENTRO DE DIA.....	11.
6.3 – Jardim de Infância e Creche.....	11
6.4 – Pré-Escolar	13
6.5 - INICIATIVAS GLOBAIS REALIZADAS PARA A COMUNIDADE EM GERAL	14
6.6 - SAD - Serviço de Apoio Domiciliário	15
6.7 - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	15
6.8 - DIREÇÃO TÉCNICA	16
6.9 - RECURSOS HUMANOS	17
6.10 - DONATIVOS E CONSIGNAÇÃO DO IRS	18
7 – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	16
7.1 – Rendimentos.....	19
7.2 – Gastos	20
8- Remunerações dos Órgãos Sociais.....	21
9 – Dívidas à Autoridades Tributária e Aduaneira e à Segurança Social	22
10 – Proposta de aplicação dos resultados.....	22
11 – Eventos subsequentes.....	22
12 – Agradecimentos	22
Demonstrações Financeiras	24
Parecer do Conselho Fiscal.....	25
Certificação Legal de Contas.....	27



Handwritten signatures in blue ink, including names like 'Pe. B.', 'K.', and 'Luiz Roberto'.

1 – ELEMENTOS IDENTIFICATIVOS

1.1 - Denominação Social

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

Largo Engenheiro Carlos Amarante, nº 11

4700-308 Braga

NIPC: 500.877.491

NISS: 20.006.318.223

1.2 - Objeto Social

Os objetivos e fins encontram-se previstos no art.º 4.º dos Estatutos, salientando as valências de:

- Lar “ERPI” - Estrutura Residencial de Pessoas Idosas
- CD -Centro de Dia
- Creche
- Infantário
- SAD - Serviço de Apoio Domiciliário
- Assistência Religiosa



2 – ÓRGÃOS SOCIAIS – (Mandato 2021-2024)

MESA GERENTE:

Provedor: Manuel Fernando da Rocha Rodrigues

Vice-Provedor: Paulo Jorge Pinto Lopes Alves

Secretário: Domingos da Silva Duarte

Tesoureiro: João Manuel Gomes dos Santos

Vogal: Luís Miguel Correia Barbosa

Vogal: José Alberto Magalhães Sousa Dias

Vogal: José Pedro Bacelar Ferreira Junqueira de Almeida

Vogal: José Manuel Salgado da Silva Dias

Suplente: Ana Catarina Bacelar Ferreira Junqueira de Almeida

Suplente: Maria Armanda do Couto Pedreira Almeida Sousa Pinto

Suplente: Luís Rodrigues Antunes

Ministro de Culto: Revmo. Cónego Vítor José Novais

Órgão de Vigilância: Revmo. Cónego Vítor José Novais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: António de Oliveira Vieira

Primeiro Secretário: Maria Helena Gonçalves Alves

Segundo Secretário: Aristides José Ribeiro e Silva

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Francisco Luís de Sá Malheiro

Vogal: Manuel José Domingues

Vogal: Carlos Fernandes Almeida



3 – MENSAGEM DA MESA GERENTE

PREZADA(O)S IRMÃ(O)S

Apresentamos as nossas mais sinceras e cordiais saudações.

Vem a Mesa Gerente da Irmandade de Santa Cruz submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão, Demonstração de Resultados e Contas e o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme estipulado nos nossos estatutos.

Este Relatório de Gestão, tem como principal objetivo dar a conhecer o trabalho desenvolvido na ISC ao longo deste último ano, tal como tem acontecido em anos anteriores. Continuamos empenhados em assegurar a melhoria sistemática dos cuidados diários aos nossos Utentes, bem como no aumento da qualidade dos seus alojamentos e também da sua alimentação, não esquecendo a satisfação dos nossos funcionários, Irmãos e toda a comunidade envolvida nesta secular Instituição, tendo subjacente o espírito de solidariedade humana em prol dos mais carentes, que por vicissitudes da vida se encontram num período de maiores privações e necessidades, e com o compromisso da criação de valor económico e social de forma sustentável, baseado em princípios de ética e probidade.

Todos assistimos à tendência de uma população cada vez mais envelhecida e a realidade portuguesa não é exceção, muito pelo contrário! Regista-se um aumento da esperança média de vida, mas isso não significa melhor qualidade de vida. Debatem-nos diariamente com o agudizar dos níveis de dependência das pessoas que acompanhamos, o que nos tem exigido um acompanhamento mais próximo e regular.

Também no Infantário temos feito esforços para manter e elevar a qualidade do seu funcionamento, envolvendo as educadoras, encarregados de educação e restantes familiares na pedagogia das crianças e na preservação do seu bem estar diário.

Para a Mesa Gerente, é claro, que a aposta na proteção de um serviço social de qualidade não se pode dissociar da permanente preocupação com uma equipa de profissionais competentes e dedicados. Compete-nos, portanto, assegurar-lhes as melhores condições de trabalho, com valorização salarial e formação adequada, o que



[Handwritten signatures in blue ink]

acarreta um enorme esforço financeiro, administrativo e de recrutamento sistemático para manter o quadro de pessoal dotado, em permanência, de recursos imprescindíveis ao funcionamento da Instituição.

Ultrapassada a pandemia, surgiu a guerra na Ucrânia e na faixa de Gaza, que gerou uma espiral inflacionista inesperada e com forte impacto na economia mundial, a que a nossa Instituição não pôde fugir.

A ISC, contudo, suportou dificuldades, fruto de um bem-sucedido processo de recuperação e preenchimento da totalidade da sua ocupação, consistente, muito embora com resultados financeiros ainda menos bons, apostou na cultura, renovou parcialmente o seu edificado, modernizou a sua componente digital nos cuidados com os seus Utentes.

Todo este percurso foi feito com celeridade e sentido estratégico. Com isto sempre presente, a ISC foi capaz, em simultâneo, de reduzir a sua dívida e de obter condições contratuais para a aplicação dos seus créditos bancários, muito vantajosas.

A ISC, encara por isso, o seu futuro próximo com realismo e, sobretudo, com confiança. O reajustamento global efetuado das mensalidades dos Utentes, abrem um horizonte de grande otimismo e alentam o trabalho diário dos seus colaboradores e da Mesa Gerente para que se cumpra a sua missão fundamental, segundo um conjunto de valores e princípios irrenunciáveis.

A ISC tem e terá como:

MISSÃO - Reduzir o impacto de solidão e de isolamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população idosa, na sua integralidade, em todas as fases da vida e fomentar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária, respeitando a individualidade de cada um, com profissionais qualificados, prestando serviços de qualidade ;

VISÃO - Fazer com que todas as pessoas idosas estejam incluídas na sociedade, não havendo pessoas em situação de isolamento e solidão, sendo sempre uma Instituição de referência no desenvolvimento de serviços de educação, de formação e de ação em favor da pessoa humana na sociedade, fomentando valores para uma sociedade mais coesa.



VALORES - A ISC orienta a sua intervenção no sentido de garantir a satisfação dos seus Utentes no respeito pelos seguintes valores: Fraternidade; Solidariedade; Respeito; Responsabilidade; Confidencialidade; Integridade; Ética profissional; Empenho e dedicação de toda a equipa.

A ISC norteia-se por princípios e valores essenciais, dos quais se destacam o Respeito, a Cooperação, o Cuidado, a Confiança, a Inclusão, a Competência, a Inovação, a responsabilidade, a Privacidade, a Transparência e a Qualidade de vida.

O ato de prestar contas é um dos momentos mais nobres da vida da Instituição. Este é o documento que compara o proposto no Plano de Atividades e o efetivamente realizado. Prestar contas é, desse modo, uma obrigação de quem gere e um direito dos interessados – designadamente dos Irmãos desta Instituição.

Assim, o presente documento relata as principais atividades e iniciativas desenvolvidas pela ISC durante o ano de 2023, todas elas centradas na vertente social e de acompanhamento dos utentes como determinam os nossos Estatutos (objetivos ou fins).

A gestão financeira, com as dificuldades próprias de tempos de crise, foi rigorosa e equilibrada, embora não tivesse permitido à atual Mesa Gerente, reduzir custos e consumos, fruto da crise instalada e provocada pela guerra na Ucrânia. Mesmo assim, conseguiu-se a sustentabilidade da Instituição, fazendo face aos compromissos assumidos e enfrentando uma crise motivada por falta de apoios.

Atendendo à situação atual económica que o país atravessa, torna-se cada vez mais exigente e desafiante manter o equilíbrio financeiro e a qualidade do acompanhamento por que nos pautamos. Sabemos da necessidade e importância do apoio que prestamos e, por isso, tentaremos tudo o que for necessário para ultrapassar esta crise que já se começa a sentir devido à inflação. Contamos com todos para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Destacam-se no presente Relatório e Contas as medidas/ações com maior impacto ao longo de 2023, sendo também uma preocupação da Mesa Gerente a angariação de novos Irmãos e Irmãs, estando em fase de estudo a possibilidade da criação de uma quota anual a cobrar a todos os Irmãos.



4 – ASPETOS RELEVANTES DA GESTÃO DO ANO 2023

O ano de 2023 continuou marcado por três grandes desafios para a economia mundial. Um deles foi a guerra na Ucrânia e da faixa de Gaza que causou grandes interrupções nas cadeias de abastecimento, particularmente de cereais por parte da Ucrânia e de energia pelo fornecimento de gás da Rússia. Outro desafio foi a inflação, acompanhada de um aumento significativo do valor do dólar americano em relação a outras moedas, o que prejudica principalmente as economias emergentes e em desenvolvimento.

Uma gestão ambiciosa e apostada na concretização de um projeto de qualificação ampla e contínua, permitiu passar, em pouco tempo, da crise pandémica e de Utentes, para um tempo novo, reconstrução e renovação de espaços, mais investimento no edificado, mais modernização nos serviços digitais, com mais receitas e também mais gastos, cuja tendência será o equilíbrio financeiro. Os factos falam por si. O presente Relatório de Gestão e Contas disso é prova inequívoca.

5 – ACORDOS COM O INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE DA SEGURANÇA SOCIAL

A sustentabilidade de qualquer IPSS passa sempre pelos acordos de cooperação (comparticipações) pois estes são fundamentais para a dinamização e manutenção da ISC e procuramos cumprir rigorosamente o estipulado nos respetivos protocolos.

Durante o ano de 2023 a ISC pode contar com o apoio dos seus parceiros sociais para garantir um conjunto de mais valias para o bem da sua missão, nomeadamente o Centro Distrital de Segurança Social - ISS, IP de Braga, através da participação financeira das valências de Centro de dia, ERPI, Creche e Infantário.

Sem estes apoios, embora insuficientes, a ISC não conseguia gerar fundos (de forma autónoma) para desenvolver as suas atividades e assim sendo estes acordos de cooperação (comparticipações) são fundamentais para o desenvolvimento e para a manutenção da Instituição.

Atualmente temos celebrados quatro acordos nomeadamente:

- Creche (acordo para 62 crianças)



- Infantário (acordo para 57 crianças)
- ERPI - Estrutura Residencial para Idosos (acordo para 101 Idosos)
- Centro de Dia (acordo para 3 Idosos)

Mensalmente, consoante o mapa de frequência enviado no mês anterior, a ISC recebe as participações financeiras.

6 – RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

6.1 - ERPI -Estrutura Residencial para Idosos

A ERPI continua a consubstanciar a principal atividade social da nossa Instituição, quiçá a principal preocupação e empenho da atividade diretiva. Nela residem as maiores dificuldades, sejam elas de natureza financeira, com que, apesar das condições possíveis que enfrentamos, se vai conseguindo resistir, da qualidade dos recursos humanos para esta difícil e penosa atividade ou das próprias instalações.

As dificuldades financeiras, além da elevada inflação verificada, a que já não estávamos habituados, resultam em grande parte do fraco reconhecimento e apoio que é dado às IPSS, pelo valiosíssimo contributo que dão, na satisfação do dever e da obrigação do Estado, de garantir aos idosos e mais carenciados o apoio social que lhes é devido.

Para que se possa ter a noção exata do apoio da ISC ao funcionamento da ERPI no ano de 2023, os valores mensais por residente são os seguintes: participação do Estado 527€; participação familiar em média 750€; custo médio por Utente 1.560€ o que representa um encargo para a Instituição de 283€.

Tendo como foco o individuo e sua história, pretendemos responder de forma mais integrada e adequada às características e escolhas individuais da população Utente e às crescentes exigências com que nos deparamos.

A criação de responsáveis por cada piso, ilustra bem esta prática e constitui uma medida que nos oferece uma atenção diferenciada doravante.

Na área da Saúde, a ISC, estabeleceu como um dos objetivos principais, a constante melhoria da prestação dos cuidados de saúde e bem estar dos residentes, para

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900

E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



o que tem vindo nos últimos anos a reforçar os meios materiais e humanos, de forma abrangente.

Atualmente possuímos, uma equipa multidisciplinar, constituída por três clínicos, uma psicóloga clínica, um nutricionista, um fisioterapeuta e quatro enfermeiros, de forma a assegurar sempre elementos em permanência e conta ainda com uma equipa de apoio e transporte de residentes a unidades de saúde, consultas, meios de diagnóstico e urgências.

Ao longo do ano de 2023, colocou em prática um conjunto de atividades de animação sócio cultural para a melhoria da qualidade de vida os seus Utentes. Para isso, foram delineados um conjunto de objetivos e metas a cumprir mensalmente. Correspondendo às expectativas iniciais, os objetivos traçados foram atingidos ao longo do ano:

- Promoção e divulgação de resposta social ao nível local e concelhio;
- Participação nas atividades em grupo. Maior sentido de grupo;
- Participação nas atividades da autarquia para a terceira idade;
- Melhoria dos níveis de autoestima e melhoria da sua situação física e psíquica;
- Promoção da manutenção da autonomia e melhoria da sua qualidade de vida;
- Comemoração dos aniversários dos Utentes;
- Leituras de histórias e Contos, atelier de artes plásticas e músicas;
- Atividades através da expressão cultural, vários jogos de mesa;
- Momentos de leitura de jornais, livros, revistas;
- Visitas e passeios ao santuário de Fátima e idas à Praia;
- Aumento bastante considerável do número de pedidos de integração no Lar, refletindo-se num aumento das inscrições em lista de espera;
- Monitorização e acompanhamento permanente dos colaboradores que asseguram funções no Lar;
- Melhoria no planeamento das escalas de trabalho, no sentido de promover a eficácia e eficiência dos serviços;
- Ao longo do ano de 2023 decorreu de uma forma estruturada o contexto de sala de convívio que contou com uma elevada participação dos idosos integrados no Lar;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Luis B...', 'A. B.', and 'D. B.'.

- A equipa de animação conseguiu essencialmente, a construção de uma imagem positiva das pessoas idosas, utilizando as suas potencialidades. A pessoa idosa é o centro da nossa atenção é com quem trabalhamos e a quem servimos com espírito de missão.
- Contamos com a participação solidária de um grupo musical que esporadicamente vem atuar para os nossos Utentes, bem como dos alunos da Escola da Gulbenkian.

Pode-se constatar um empenho significativo dos idosos na participação das atividades, um envolvimento na dinâmica da Instituição, demonstrando um papel mais ativo no seu quotidiano.

6.2 – Centro de Dia

Constitui uma das respostas sociais, cujos fins visam proporcionar o bem estar e o desenvolvimento individual dos Utentes, num clima de segurança afetiva, física e psíquica, durante o tempo da utilização da resposta social, através da manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, facilitando a sua integração social e a manutenção das suas competências, combatendo a solidão e promovendo a autonomia física e neurológica. Este tipo de resposta vai ser retomado no exercício de 2024, após uma longa paragem após o período da pandemia.

A equipa técnica garante a coordenação e supervisão do funcionamento e do respeito da identidade e satisfação pessoal de forma a contribuir para um envelhecimento saudável.

6.3 – Jardim de Infância e Creche

No período de seleção foram cuidadosamente respeitados todos os critérios de admissão, destacando-se, como o mais frequente, o critério de residência na área geográfica, como verificado em anos anteriores, tendo sido cumpridos os seguintes objetivos:

- Foi seguido e cumprido o plano anual de atividades, que decorreu durante todo o projeto educativo, visando a dinâmica educativa da Instituição, contou-se com o envolvimento de todos os elementos da equipa do Infantário Santa Ana;



- Receção das crianças e famílias, facilitando a adaptação ou readaptação à Creche, criando boas relações com as famílias correspondendo às suas necessidades e atendendo às suas dúvidas.
- Reunião de Pais e apresentação do Plano anual de atividades, do projeto educativo e projeto pedagógico de sala.
- Atividades alusivas ao Outono, explorando alguns fenómenos físicos que acontecem no Outono e desenvolvendo noções espaço-temporais. Explorar também as cores e relacioná-las com as transformações na Natureza. Exploração táctil de folhas de Outono.
- Atividades de experimentação e exploração de instrumentos e sons, estimulando e sensibilizando auditivamente e visualmente as crianças para a importância da música. Reconhecer/conhecer visualmente e auditivamente os animais e os seus sons característicos, explorar os seus habitats, características e alimentação, através de projeção de diapositivos dos seus sons;
- Início das atividades extracurriculares (Ginástica e Música) promovendo o gosto pelas diferentes formas de expressão, incentivando o desenvolvimento da imaginação criadora das várias formas de expressão pessoal.
- Outras atividades de reconhecimento da qualidade dos alimentos, tais como:
- Mercadinho agrícola; comemoração do dia de S. Martinho; dia nacional do pijama; Filme do Natal; Realização de uma feira dos Sabores; Canções alusivas ao Natal com visita do Pai Natal.
- Elaboração de um painel de Inverno; Festa do Carnaval; Elaboração de um presente para o Pai, para a Mãe ou figura substituta, promovendo um dia diferente entre Pais, Mães e Filhos;
- Comemoração do início da Primavera e suas atividades, hora do conto, com uma visita de um contador de histórias;
- Festa do final do Ano Creche e Pré-escolar, incluindo um passeio e visita à Quinta pedagógica de Braga, finalizando com um convívio para crianças, funcionários e colaboradores.
- Cumpriram-se os objetivos, estratégias, atividades, a calendarização das atividades e a avaliação dos resultados;



Handwritten signatures and notes in blue ink, including a large signature and a vertical line with a checkmark-like mark.

- Apoiamos as educadoras de Infância e a sua equipa educativa, quer nas suas decisões da sua prática quer na condução do processo educativo desenvolvido junto das crianças;
- A Creche mantém uma boa imagem pública, a equipa continua determinada em manter o rigor e a qualidade do seu trabalho diário para satisfação dos Utentes, Famílias, Direção e população em geral.

6.4 – Pré-Escolar

Para 2023 atingimos os seguintes objetivos:

- Foi seguido e cumprido o plano anual de atividades, apoiado nos objetivos gerais da Lei-Quadro que decorreu durante todo o projeto educativo, visando a dinâmica educativa da Instituição;
- Cumpriram-se os objetivos, estratégias, atividades, a calendarização das atividades e a avaliação dos resultados;
- Apoiamos as educadoras de Infância e a sua equipa educativa, quer nas suas decisões da sua prática quer na condução do processo educativo desenvolvido junto das crianças;
- Promoveu-se o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- Estimulou-se o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incutindo comportamentos que favorecem aprendizagens significativas e diferenciadas, contribuindo também para a igualdade no acesso à escola e para o sucesso na aprendizagem;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico, desenvolvendo-lhes a expressão e comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização e de compreensão do mundo;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidades ;
- O Pré-Escolar mantém uma boa imagem pública, a equipa continua determinada em manter o rigor e a qualidade do seu trabalho diário para satisfação dos Utentes, Famílias, Direção e população em geral.



Handwritten signatures in blue ink, including names like 'D. B. B.', 'F. B.', and 'P. B.', with arrows pointing towards the text.

6.5 – Iniciativas Globais, realizadas para a comunidade em geral

Atualmente a Instituição possui um número de cerca de 220 utentes, entre as valências existentes. Assim, com vista à promoção do seu bem-estar e qualidade de vida, a Instituição continua a apostar no desenvolvimento de diversas atividades, assim como na realização de iniciativas abertas à comunidade, assumindo desta forma, o princípio de intervenção na área envolvente:

- Cumpriram-se os objetivos, estratégias, atividades, a calendarização das atividades e a avaliação dos resultados;
- Organização do ambiente educativo e receção das crianças e famílias, facilitando a adaptação ou readaptação ao Jardim de Infância, criando boas relações com as famílias correspondendo às suas necessidades e atendendo às suas dúvidas;
- Sinalização de aniversários e datas festivas, sendo assinalados 103 aniversários através da realização de um almoço mensal referente aos aniversariantes desse mês, com as crianças do Infantário a cantarem os parabéns e dando um beijinho a cada aniversariante;
- Comemoração do Dia Internacional do Idoso, proporcionando momentos de partilha entre as diferentes gerações, assim como o Dia Mundial da Música, motivando, sensibilizando e estimulando auditivamente e visualmente as crianças para a importância da música;
- Reflexão e discussão sobre a importância do consumo de hortícolas e seus respetivos ciclos de vida, incluindo a exploração através do tato e do olfato a hortícolas em natureza, “Mercadinho agrícola” comemoração do dia das Bruxas – Halloween, conhecendo as tradições e desmistificando os medos infantis;
- Comemoração do dia de S. Martinho “Magusto”, promovendo canções, explorando lendas e estimulando o interesse pelos hábitos e tradições;
- Atividades de sensibilização para a importância da partilha, visita à Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva;
- Realização de uma feira de sabores com doces alusivos ao Natal e realização de atividades de acordo com o espírito Natalício, diálogos e registos sobre a



Handwritten signatures in blue ink.

época assim como Canções alusivas ao Natal com visita do Pai Natal, cantares dos Reis pela cidade;

- Elaboração de um presente para o Pai, para a Mãe ou figura substituta, promovendo um dia diferente entre Pais, Mães e Filhos;
- Reflexão e discussão sobre a importância da água em detrimento de outras bebidas açucaradas/gaseificadas;
- Procissão dos Passos, promovendo a participação das crianças e dando-lhes a conhecer o significado religioso da Festa da Páscoa;
- Atividades comemorativas do dia Mundial da Criança e atividades alusivas ao Verão, desfile no cortejo de abertura da Braga Romana;
- Serviço de enfermagem, prestado pela nossa equipa de profissionais;
- A Lavandaria/Rouparia manteve um elevado volume de trabalho de tratamento de roupa pessoal dos Utentes, roupa de cama, atoalhados, fardas dos trabalhadores. Para isso dispõe de áreas específicas de lavagem, secagem, engomadoria, dobragem, acondicionamento e costura. O número de Utentes, cada vez mais dependentes, têm necessidade de mudanças de roupa frequentes, gerando grandes quantidades a tratar diariamente, com totais diários na ordem dos 350 Kgs.

6.6 - “SAD” - Serviço de Apoio Domiciliário

Este serviço constitui uma das respostas sociais. Cujos fins visam proporcionar o bem-estar e o desenvolvimento individual do Utente, num clima de segurança afetiva, física e psíquica, durante o seu tempo de resposta social. Entretanto por razões várias ainda não entrou em funcionamento.

6.7 - Instalações e Equipamentos

Foi necessário fazer investimentos indispensáveis, particularmente em equipamentos, no entanto foi possível reequilibrar financeiramente a Instituição, relativamente ao ano de 2023. Continuamos, no entanto, a ter como focos da nossa atenção os seguintes objetivos:



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Rob' and 'M'.

- Manter e se possível reforçar os Acordos de cooperação (comparticipações) com a Segurança Social são fundamentais para o desenvolvimento e para a manutenção da Instituição;
- Reorganização dos serviços e reafecção de Recursos Humanos;
- Reequipamento da “Valência ERPI”;
- Dinamização e aumento do “Centro de Dia”, que fruto da pandemia ficou inativo por razões de proteção dos Utentes residentes;
- Entrada em funcionamento, no mês de junho, do um sistema de guia virtual na visita à Igreja de Santa Cruz e a cobrança de uma taxa no valor simbólico de 1€ por cada visitante, isentando os residentes;
- A Mesa Gerente atenta e diligente, continua a aguardar por uma decisão, da candidatura apresentada em julho de 2022 ao PRR - programa de eficiência energética, para as obras de requalificação do telhado, substituição de janelas, colocação de painéis solares e bombas de calor;
- Face a esta candidatura a ISC tem vindo a proceder à substituição das anteriores janelas de alumínio por outras em PVC e vidro duplo de melhor eficiência energética;
- Aquisição de 8 tabletes colocados nos vários pisos para cumprir as exigências para uma melhor e adequada informação sobre o comportamento diário dos nossos Utentes;
- Diversas obras necessárias e urgentes, de recuperação e conservação de imóveis, nomeadamente no que reporta ao prédio sito na Rua do Anjo, etc.
- Repensar a procura de trabalhadores para a polivalência no setor da manutenção e a sua polivalência, uma vez o estado avançado da idade dos colaboradores existentes.

6.8 - Direção Técnica

Este setor, quer seja na ERPI ou no Infantário, cada vez ganha uma importância incontornável na nossa sociedade. É neste setor que se trabalha para atenuar as desigualdades sociais e efetivar o direito dos cidadãos. É só por isto inquestionável a sua importância.



Estes departamentos, estiveram centrados em vários compromissos de forma a criar soluções para responder às necessidades dos nossos Utentes, colaboradores e comunidade em geral.

Garantindo o bom funcionamento das regras definidas pela Mesa Gerente, procurando proporcionar um clima de relação saudável e uma boa relação na integração dos nossos Idosos e das nossas crianças, mantivemos uma boa relação de proximidade com a Segurança Social de modo a garantir o bom funcionamento da Instituição, promovendo reuniões de trabalho com todos os colaboradores e incentivando a formação dos mesmos.

Garantimos apoio psicossocial aos Utentes, família e colaboradores, sinalizamos situações de risco social continuando a tratar e a cuidar de quem mais precisa, preservando sempre o direito do Utente a um relacionamento de confiança, à privacidade e confidencialidade e ao uso responsável da informação.

6.9 - Recursos Humanos

Este setor poderá ser considerado como o fator primordial na prestação de serviços de apoio social, a ISC procurou sempre garantir um conjunto de colaboradores adequados às suas obrigações e às pretensões dos Utentes. Ao longo do ano várias foram as dificuldades que se verificaram a nível operacional, devido ao elevado número de ausências ao serviço e por outros motivos tais como: baixas médicas, licenças de férias, formação e valorização técnica, entre outros.

Procuramos sempre, dentro do possível, que os colaboradores acedam à formação, pois trata-se de uma ferramenta com um papel preponderante na prestação de serviços de qualidade, bem como na melhoria constante no desempenho dos colaboradores. Por isso, para obtermos bons resultados ainda mais próspero e eficaz a ISC procurou no ano de 2023 disponibilizar aos seus colaboradores ações de formação sempre adaptadas à atualidade e necessidades inerentes.

Demos continuidade ao procedimento de HACCP - Higiene e Segurança no Trabalho, tendo sido realizadas várias visitas de acompanhamento às nossas instalações, das quais resultou um relatório de aconselhamento técnico sobre situações e métodos que devemos alterar, bem como com as novas legislações em vigor.



Demos continuidade ao procedimento de medicina no Trabalho aos colaboradores, através de um contrato existente com a empresa prestadora de serviços, pois constitui uma área de intervenção prioritária no local de trabalho atendendo a que, a saúde e bem estar dos colaboradores é fundamental para a qualidade das suas prestações e para o desempenho das suas tarefas.

Com a fixação do aumento do salário mínimo nacional em 60€, para não esmagar os salários mais baixos, optou-se pela atribuição de pequenos ajustes até à publicação dos novos acordos salariais.

Ocorreram ao longo do ano vários estágios profissionais e em colaboração com diversas entidades. Estes estágios contribuem para a nossa interação e também para promover a imagem da ISC e a aproximação a potenciais futuros colaboradores.

6.10 - Donativos e Consignação do IRS

Os donativos configuram outra forma de apoio que, nos permite melhorar a gestão de recursos e, conseqüentemente, proporcionar melhor qualidade de vida aos nossos Utentes. Por sermos uma IPSS, a doação regulamentada pela Lei do Mecenato ao abrigo do EBF - Estatuto dos Benefícios Fiscais, é dedutível em sede de IRS e IRC. Cada donativo é gerido com o maior rigor e respeito, sendo aplicado na concretização de projetos ou atividades que farão a diferença na vida de cada Utente.

Diversas entidades, empresas e público em geral contribuíram com pequenos e generosos donativos em favor da ISC, que desde já muito agradecemos.

Continuamos com a campanha de apoio à consignação de 0,5% do IRS de todos aqueles que queiram colaborar com a ISC. A totalidade dos impostos que pagamos destinam-se a financiar as despesas públicas do Estado sem nós decidirmos diretamente onde são aplicados. A única exceção é a possibilidade de destinar 0,5% do nosso IRS a uma determinada IPSS, de acordo com a regulamentação da Lei 16/2001, de 22 de junho. Esta consignação fiscal, não representa qualquer custo adicional para o contribuinte.



7 - ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No período de 2023, o resultado líquido ascendeu ao valor negativo de 51.542,27€, em 2022 foi também negativo em 17.216,62€.

De facto, a receita atingiu um valor de 2.650.252€, representando uma variação positiva de 10,91% face a 2022, mas não foi suficiente para cobrir o aumento dos gastos com o pessoal.

Ainda assim, mais uma vez, é de salientar que o EBITDA¹ em 2023 foi positivo em 27.280€, menos 5.606€ que em 2022.

O valor total dos gastos ascendeu a 2.701.794€, mais 295.128€ face ao ano anterior. A razão deste aumento, deve-se, quase que, exclusivamente à rubrica dos Gastos com o pessoal, cujo aumento se situou em 271.315,76€.

7.1 – Rendimentos

Os rendimentos obtidos durante o período de 2023 foram superiores em 260.803€ face a 2022, conforme o quadro seguinte:

	Nome	2023	2022	Δ 2022	Δ% 2022
72	Prestações de serviços	1.143.845,29	1.045.296,16	98.549,13	9,43
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.129.099,96	1.058.872,51	70.227,45	6,63
78	Outros rendimentos e ganhos	377.306,35	285.280,19	92.026,16	32,26
	Totais	2.650.251,60	2.389.448,86	260.802,74	10,91

A rubrica de Prestação de Serviços reconhece as mensalidades dos utentes. Em 2023 ascendeu a 1.143.845€, mais 9,43% do que no período anterior. Este crescimento deve-se essencialmente ao aumento do número de utentes e pequenas atualizações em algumas mensalidades.

Em relação aos Subsídios à Exploração constatamos uma subida de 6,63% face ao ano de 2022. Em 2023 ascenderam a 1.129.100€, quando em 2022 tinham ficado em 1.058.873€. Esta rubrica reconhece os montantes recebidos do Instituto de Gestão

¹ EBITDA é a sigla de “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization”, que significa Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e imposto.



Financeira da Segurança Social relativos aos Acordos de Cooperação e os apoios do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Nos Outros rendimentos e ganhos assistimos a uma variação positiva de 92.026€, justificada, essencialmente, pela alienação de dois imóveis. Esta rubrica para além das mais valias da alienação de imóveis, reconhece também as rendas de imóveis e os donativos.

7.2 – Gastos

Os gastos incorridos durante o período de 2023 foram superiores em 295.128€ face a 2022, conforme o quadro seguinte:

Conta	Nome	2023	2022	Δ 2022	Δ% 2022
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	249.670,06	253.957,06	-4.287,00	-1,69
62	Fornecimentos e serviços externos	321.740,16	332.018,45	-10.278,29	-3,10
63	Gastos com o pessoal	2.012.842,56	1.741.526,80	271.315,76	15,58
64	Gastos de depreciação e de amortização	56.480,67	48.828,13	7.652,54	15,67
65	Perdas por Imparidade	16.177,11	0,00	16.177,11	100,00
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	2,79	-2,79	100,00
68	Outros gastos e perdas	22.542,02	29.057,93	-6.515,91	-22,42
69	Gastos e perdas de financiamento	22.341,29	1274,32	21066,97	1653,19
Totais		2.701.793,87	2.406.665,48	295.128,39	12,26

A rubrica que mais contribuiu para esta variação foi sem dúvida, os gastos com o pessoal, em destaque no quadro acima. O aumento de 271.315€ face a 2022, deve-se a várias razões: i) ao efeito da contratação de oito trabalhadores em 2022, ii) à imposição legal do aumento do salário mínimo nacional, iii) ao aumento do subsídio de alimentação e iv) à aplicação das novas tabelas.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas representa a saída das existências por consumo, no âmbito da atividade da Instituição, nomeadamente, géneros alimentares e produtos de higiene e saúde dos utentes. Em 2023 ascendeu a 249.670€, menos 4.287€ que no período anterior.

Em relação aos fornecimentos e serviços externos assistimos a uma diminuição líquida de 10.278€ face a 2022 de acordo com o detalhe no quadro seguinte:



Irmandade de Santa Cruz

Handwritten signatures and notes in blue ink.

Conta	Nome	2023	2022	Δ 2022	Δ% 2022
621	Subcontratos	2.080,01	1868,77	211,24	11,30
622	Serviços especializados	19.472,05	19.112,24	359,81	1,88
623	Materiais	28.116,3	24.728,94	3.387,36	13,70
624	Energia e fluidos	129.821,24	181.165,04	-51.343,80	-28,34
625	Deslocações, estadas e transportes	692,55	491,05	201,50	41,03
626	Serviços diversos	4.149,26	4.652,41	-503,15	-10,79
Totais		321.740,16	332.018,45	-10.278,29	-3,10

Neste quadro é perceptível o esforço que a Instituição fez na contenção de gastos. Em destaque a redução de 51.344€ na rubrica de Energias e fluidos, fruto da troca do fornecedor de energia (eletricidade e gás).

As depreciações representam a perda de valor de um ativo no tempo devido ao uso e desgaste no tempo. Neste caso, trata-se de depreciação de ativos, ou seja, equipamentos e edifícios cuja vida útil para a Instituição ultrapassa um período, não veem o seu gasto levado unicamente ao período de um ano civil. Em 2023, as depreciações ascenderam a 56.481€, mais 7.653€ que em 2022, o que demonstra que a ISC continua a fazer novos investimentos.

Em 2023, a rubrica de Outros Gastos sofreu um aumento 6.516€ em relação a 2022. Esta rubrica reconhece as multas e coimas, os donativos concedidos e o Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI).

Finalmente, em relação aos Gastos e Perdas de Financiamento incorridos em 2023, no valor de 22.341€, devem-se ao financiamento de 500.000€ concedido pelo Banco Montepio Geral, em dezembro de 2021. Apenas utilizado 100.000€ para fazer face aos gastos extraordinários decorrentes da pandemia, assim como da reabilitação da ala dos Falcões, muito deteriorada, motivada pelo isolamento das medidas impostas pela DGS. Os restantes 400.000€ encontram-se aplicados num depósito a prazo na mesma instituição bancária.

8- Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais não auferem qualquer remuneração de acordo com o art.º 27.º dos Estatutos da Irmandade de Santa Cruz.

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900
E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



9 – Dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social

A Irmandade de Santa Cruz não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

10 – Proposta de aplicação dos resultados

A Irmandade de Santa Cruz obteve, no período económico de 2023, um resultado líquido negativo de 51.542,27€, propondo a Mesa Gerente à Assembleia Geral a sua aplicação integral na rubrica de resultados transitados.

11 – Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31/12/2022) e a data de autorização para a sua emissão (1/03/2024), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Gerente em 1 de março de 2024.

12 – Agradecimentos

Chegando ao final de 2023 congratula-nos muito saber que tocamos diretamente cerca de 220 vidas, que é o número total de Utentes que a Instituição acompanhou neste ano e conseqüentemente impactámos indiretamente outras vidas. Queremos continuar a acompanhar para além da Infância o apoio à pessoa idosa.

A terminar, a Mesa Gerente da Irmandade de Santa Cruz, considera que o Plano de Atividades para 2023, foi cumprido em grande parte, tendo sido realizadas a maioria das atividades planeadas. Foram ainda executadas atividades não planeadas, consideradas fundamentais para a melhoria contínua do desempenho da Instituição.

No final de mais um ano a Mesa Gerente da ISC, vem expressar o mais profundo reconhecimento a todos quantos tornaram possível os nossos resultados:

- Aos Órgãos que compõem a estrutura organizacional, Assembleia Geral, e Conselho Fiscal, pela sua colaboração;
- Aos nossos Utentes por nos escolherem;



Irmandade de Santa Cruz

- Aos nossos colaboradores pelo seu empenho e pela qualidade do trabalho que prestam e disponibilidade demonstrados;
- Aos nossos Irmãos, pelo apoio solidário e participativo na vida da Instituição;
- Aos nossos parceiros que nos apoiam na concretização de nossa missão;
- Aos nossos fornecedores que também são parceiros e colaboram para a melhoria continua da qualidade dos serviços que prestamos;
- Aos nossos benfeitores que com as suas contribuições financeiras, nos ajudam a concretizar os nossos objetivos;
- À Direção Distrital de Solidariedade da Segurança Social de Braga e ao Município de Braga pelos apoios concedidos e pela solidariedade evidenciada.

Apresenta-se de seguida, as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais e Anexos.

OBRIGADO E BEM HAJAM

Braga, 4 de março de 2024

A MESA GERENTE

Manuel Fernando Rod. Rod. Rod.
Paulo José Pinheiro
[Signature]
[Signature]
Vitor José Novais
Dr. Miguel Luís Botelho
João Manuel Dias

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900
E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



Irmandade de Santa Cruz

[Handwritten signatures in blue ink]

Demonstrações Financeiras

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.^o Carlos Amarante, 11 – 4700-308 | TLF: 253 205 900
E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt



em 31-12-2023

(montantes em EURO)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.182.732,63	2.174.970,99
Bens do património histórico e cultural	4	1.731.175,28	1.731.175,28
Ativos intangíveis	5	14.743,96	
Outros créditos e ativos não correntes		13.970,49	14.243,35
		3.942.622,36	3.920.389,62
Ativo corrente			
Inventários	7	8.755,06	16.615,18
Créditos a receber	10	64.831,55	63.721,29
Estado e outros entes públicos	14		1.937,70
Diferimentos	10	14.345,22	15.150,71
Caixa e depósitos bancários	15	477.637,43	500.706,60
		565.569,26	598.131,48
Total do ativo		4.508.191,62	4.518.521,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	43.248,12	43.248,12
Reservas	10	302.681,10	302.681,10
Resultados transitados	10	657.584,33	674.800,95
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	10	2.653.512,14	2.570.903,30
Resultado líquido do período	10	-51.542,27	-17.216,62
Total dos fundos patrimoniais		3.605.483,42	3.574.416,85
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6;10	436.908,65	500.000,00
		436.908,65	500.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	10	61.263,63	62.743,75
Estado e outros entes públicos	14	82.600,59	82.389,47
Financiamentos obtidos	6;10	44.685,90	
Outros passivos correntes	10	277.249,43	298.971,03
		465.799,55	444.104,25
Total do passivo		902.708,20	944.104,25
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.508.191,62	4.518.521,10

P'la Mesa Gerente

Contabilista Certificado N° 20545

Página: 1 / 1

Kenneth Fernando Rocha-Rodriguez
30/12/2023
Antonio Amador
31/12/2023



Demonstração dos Resultados por
Naturezas - (modelo para ESNL)

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

do período findo em 31-12-2023

(montantes em EURO)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	1.143.845,29	1.045.296,16
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.129.099,96	1.058.872,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-249.670,06	-253.957,06
Fornecimentos e serviços externos	8	-321.740,16	-332.018,45
Gastos com o pessoal	11	-2.012.842,56	-1.741.526,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-16.177,11	
Aumentos/reduções de justo valor			-2,79
Outros rendimentos	8	377.306,35	285.280,19
Outros gastos	8	-22.542,02	-29.057,93
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		27.279,69	32.885,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	-56.480,67	-48.828,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-29.200,98	-15.942,30
Juros e gastos similares suportados	6	-22.341,29	-1.274,32
Resultado antes de impostos		-51.542,27	-17.216,62
Resultado líquido do período		-51.542,27	-17.216,62

P'la Mesa Gerente

Mmanuel Fernando Rocha Rodry

Contabilista Certificado Nº 20545

Página: 1 / 1

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL)

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

do período findo em 31-12-2023

(montantes em EURO)

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1.072.348,11	1.079.901,87
Pagamentos a fornecedores		286.711,53	494.921,17
Pagamentos ao pessoal	11	2.012.186,89	1.731.789,83
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-1.226.550,31</u>	<u>-1.146.809,13</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-11.428,79	-9.772,72
Outros recebimentos/pagamentos		1.116.686,45	1.053.242,34
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>-98.435,07</u>	<u>-83.794,07</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	85.636,00	48.251,35
<i>Ativos intangíveis</i>	5	18.302,40	
<i>Investimentos financeiros</i>		1.221,31	3.629,05
<i>Outros ativos</i>		98.739,20	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Outros ativos</i>		320.000,00	150.000,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		11,48	11,48
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>116.112,57</u>	<u>98.131,08</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6		400.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	6	18.405,45	20.287,53
<i>Juros e gastos similares</i>	6	22.341,22	1.338,05
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>-40.746,67</u>	<u>378.374,42</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>-23.069,17</u>	<u>392.711,43</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		500.706,60	107.995,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>477.637,43</u>	<u>500.706,60</u>

Manuel Fernando Rod. Rod. Rod.

[Handwritten signatures and stamps]



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais
do período findo em 31-12-2023
(montantes em EURO)

IRMANDADE DE SANTA CRUZ

POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	DESCRICÃO	Notas	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais				Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Reservas	Resultados transferidos	Resultados transferidos			
6			43.248,12	302.681,10	674.800,95	2.570.903,30	-17.216,62	3.574.416,85	3.574.416,85
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									
7					-17.216,62	82.608,84	17.216,62	82.608,84	82.608,84
8	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				-17.216,62	82.608,84	17.216,62	82.608,84	82.608,84
9	RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					-51.542,27	-51.542,27	-51.542,27
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
10							-34.325,65	31.066,57	31.066,57
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									
10					-74.125,08	-4.485,68	-3.961,59	-82.572,35	-82.572,35
2					-74.125,08	-4.485,68	-3.961,59	-82.572,35	-82.572,35
3	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						-17.216,62	-17.216,62	-17.216,62
4	RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-21.178,21	-99.788,97	-99.788,97
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
5									
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022									
6			43.248,12	302.681,10	674.800,95	2.570.903,30	-17.216,62	3.574.416,85	3.574.416,85

P/la Mesa Gerente

Contabilista Certificado Nº 20545

Manuel Simões
Paulo Roberto

Paulo Roberto
Manuel Simões
Manuel Simões



1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: IRMANDADE DE SANTA CRUZ
Número de identificação de pessoa coletiva: 500877491
Lugar da sede social: Largo Engenheiro Carlos Amarante, n.º 11, em Braga
Endereço eletrónico: geral@irmandadesantacruz.org

Natureza da atividade: As atividades encontram-se previstas no artigo 4.º dos Estatutos, ressaltando as valências de: i) lar de idosos, ii) centro de dia, iii) creche, iv) infantário e v) assistência religiosa.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euro, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R. R.', 'P. B.', and 'win B...']

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

3.1.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes. As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis. Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso. As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

3.1.2 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento do capital investido. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da Entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente. O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis, com a exceção do cálculo das depreciações, pois a Entidade não tem vindo a calcular as depreciações das propriedades de investimento. Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

3.1.3 - Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem a investimentos noutras empresas que não são subsidiárias, associadas ou entidades conjuntamente controladas e encontram-se registadas ao custo de aquisição. Também compreendem obrigações/títulos do Estado, já muito antigos, cujo rendimento é pago em copões, e que não sofrerão alterações até que sejam resgatados.

3.1.4 – Inventários

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

3.1.5 - Créditos a receber

As contas de “Créditos a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

3.1.6 - Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.1.7 - Fornecedores e outros passivos correntes



As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor

3.1.8 - Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica. Os empréstimos são reconhecidos como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

3.1.9 - Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito. Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.1.10 – Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber. Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.1.11 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e abonos para falhas. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.1.12 - Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:



AFT - Bases mensuração e métodos depreciação:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Linha reta	10 a 50 anos	2 a 10
Equipamento básico	Custo de aquisição	Linha reta	3 a 8 anos	12,5 a 33,33
Equipamento de transporte	Custo de aquisição	Linha reta	4 anos	25
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Linha reta	3 a 8 anos	12,5 a 33,33
Outros ativos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Linha reta	3 a 8 anos	12,5 a 33,33

4.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período 2023:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	3.197.119,07	517.796,58	68.876,90	235.764,67	1.785.342,20	0,00	5.804.899,42
Depreciações acumuladas	1.379.740,21	458.195,11	68.876,90	233.346,26	53.091,25	0,00	2.193.249,73
Saldo no início do período	1.817.378,86	59.601,47	0,00	2.418,41	1.732.250,95	0,00	3.611.649,69
Variações do período	24.709,93	-7.060,87	0,00	-436,31	6.420,28	7.950,00	31.583,03
Total de aumentos	61.406,41	6.116,03	0,00	1.514,62	7.518,20	7.950,00	84.505,26
Aquisições em primeira mão	61.406,41	6.116,03	0,00	1.514,62	7.518,20	7.950,00	84.505,26
Total diminuições	36.696,48	13.176,90	0,00	1.950,93	1.097,92	0,00	52.922,23
Depreciações do período	36.696,48	13.176,90	0,00	1.950,93	1.097,92	0,00	52.922,23
Saldo no fim do período	1.842.088,79	52.540,60	0,00	1.982,10	1.738.671,23	7.950,00	3.643.232,72
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>3.258.525,48</i>	<i>523.912,61</i>	<i>68.876,90</i>	<i>237.279,29</i>	<i>1.792.860,40</i>	<i>7.950,00</i>	<i>5.889.404,68</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>1.416.436,69</i>	<i>471.372,01</i>	<i>68.876,90</i>	<i>235.297,19</i>	<i>54.189,17</i>	<i>0,00</i>	<i>2.246.171,96</i>

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período 2022:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	3.175.463,20	495.122,61	68.876,90	235.764,67	1.783.742,20	5.758.969,58
Depreciações acumuladas	1.346.800,27	445.715,15	68.876,90	230.865,16	52.164,12	2.144.421,60
Saldo no início do período	1.828.662,93	49.407,46	0,00	4.899,51	1.731.578,08	3.614.547,98
Variações do período	-11.284,07	10.194,01	0,00	-2.481,10	672,87	-2.898,29
Total de aumentos	21.655,87	22.673,97	0,00	0,00	1.600,00	45.929,84
Aquisições em primeira mão	21.655,87	22.673,97	0,00	0,00	1.600,00	45.929,84
Total diminuições	32.939,94	12.479,96	0,00	2.481,10	927,13	48.828,13
Depreciações do período	32.939,94	12.479,96	0,00	2.481,10	927,13	48.828,13
Saldo no fim do período	1.817.378,86	59.601,47	0,00	2.418,41	1.732.250,95	3.611.649,69
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>3.197.119,07</i>	<i>517.796,58</i>	<i>68.876,90</i>	<i>235.764,67</i>	<i>1.785.342,20</i>	<i>5.804.899,42</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>1.379.740,21</i>	<i>458.195,11</i>	<i>68.876,90</i>	<i>233.346,26</i>	<i>53.091,25</i>	<i>2.193.249,73</i>

A rubrica de Outros AFT inclui o valor de €1.731.175,28 em 2023 e também em 2022 referente ao templo de Santa Cruz. Este bem encontra-se divulgado no Ativo não corrente, em rubrica de bens do património histórico, artístico e cultural e não foi objeto de depreciação conforme §7.15 da NCRF-ESNL.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R. Cruz', 'R. Cruz', and 'R. Cruz'.]

4.2 - Outras divulgações

Os ativos fixos tangíveis divulgados no ativo não corrente no valor de €2.182.732,63, incluem propriedades de investimento no valor €270.675,19. A Entidade não tem vindo a calcular as depreciações das propriedades de investimento.

5 - Ativos intangíveis

5.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1 - Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Outros ativos intangíveis	Custo de aquisição	Linha reta	3 anos	33,33

5.1.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos intangíveis - movimentos do período 2023:

Descrição	Outros ativos intangíveis	TOTAL
<i>Valor bruto total no fim do período</i>	<i>18.302,40</i>	<i>18.302,40</i>
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>	<i>3.558,44</i>	<i>3.558,44</i>
Variações do período	18.302,40	14.743,96
Aquisições em primeira mão	18.302,40	18.302,40
Total de aumentos	18.302,40	18.302,40
Amortizações do período	3.558,44	3.558,44
Total diminuições	3.558,44	3.558,44
Saldo no final do período	14.743,96	14.743,96

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Financiamentos obtidos – Período 2023

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.
Empréstimos genéricos	481.594,55	44.685,90	436.908,65	22.341,22	21.142,99



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'K.L.', 'J.P.', and 'J.M.'.

Financiamentos obtidos – Período 2023

Instituições de crédito e sociedades financeiras	500.000,00	44.685,90	436.908,65	22.341,22	21.142,99
Total dos Empréstimos	481.594,55	44.685,90	436.908,65	22.341,22	21.142,99

Financiamentos obtidos – Período 2022

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.
Empréstimos genéricos	500.000,00	500.000,00	1.274,32	1.274,32
Instituições de crédito e sociedades financeiras	500.000,00	500.000,00	1.274,32	1.274,32
Total dos Empréstimos	500.000,00	500.000,00	1.274,32	1.274,32

7 - Inventários

7.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

7.2 - Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mat. Primas e Subsidiárias - 2023	Mat. Prim. e Subsidiárias - 2022
Inventários iniciais	16.615,18	22.652,46
Compras	241.809,94	247.919,78
Inventários finais	8.755,06	16.615,18
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	249.670,06	253.957,06

8 - Rendimentos e gastos

8.1 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Período 2023	Período 2022
Prestação de serviços	1.143.845,29	1.045.296,16
Total	1.143.845,29	1.045.296,16

8.2 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Período 2023	Período 2022
Subcontratos	2.080,01	1.868,77
Serviços especializados	119.472,05	109.112,24
Trabalhos especializados	73.166,73	71.511,06
Publicidade e propaganda	3.269,34	1.916,67
Vigilância e segurança	3.225,42	3.172,56



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F.L.R.' and 'M. B.'.

Honorários	32.203,27	28.244,08
Conservação e reparação	3.530,38	1.000,81
Outros	4.076,91	3.267,06
Materiais	28.181,63	24.728,94
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	17.184,72	13.766,43
Material de escritório	6.448,76	4.795,48
Artigos para oferta	938,24	504,83
Outros	3.609,91	5.662,20
Energia e fluidos	129.821,24	181.165,04
Eletricidade	29.871,07	53.627,50
Combustíveis	1.049,54	674,21
Água	13.299,74	16.925,38
Outros	85.600,89	109.937,95
Deslocações, estadas e transportes	692,55	491,05
Deslocações e estadas	692,55	491,05
Serviços diversos	41.492,68	14.652,41
Rendas e alugueres	0,00	61,50
Comunicação	6.829,66	5.548,02
Seguros	5.552,51	3.795,93
Contencioso e notariado	385,16	30,00
Limpeza, higiene e conforto	24.771,73	0,00
Outros serviços	3.953,62	5.216,96
Total	321.740,16	332.018,45

8.3 - Discriminação dos outros gastos

Nome / Descrição	Período 2023	Período 2022
Impostos	8.111,49	10.012,51
Donativos	8.500,00	7.200,00
Quotizações	50,00	470,00
Multas e penalidades	1.301,00	8.435,14
Outros	4.579,60	2.940,28
Total	22.542,09	29.057,93

8.4 - Discriminação dos outros rendimentos

Nome / Descrição	Período 2023	Período 2022
Rendimentos suplementares	3.131,45	3.528,55
Alienações de imóveis	197.439,98	127.581,48
Rendas de propriedades de investimento	48.446,57	53.390,00
Donativos	102.033,36	83.256,85
Outros	26.254,99	17.523,31
Total	377.306,35	285.280,19



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. R.', 'R. A.', and 'L. B.'.

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

9.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atribuído Período 2023	Do Estado - Valor Imputado Período 2023
Subsídios ao investimento	0,00	4.485,68
Para ativos fixos tangíveis	0,00	4.485,68
Edifícios e outras construções	0,00	4.485,68
Subsídios à exploração	1.129.099,96	1.129.099,96
Valor dos reembolsos efetuados no período	1.129.099,96	1.133.585,64
De subsídios ao investimento	0,00	4.485,68
De subsídios à exploração	1.129.099,96	1.129.099,96

Descrição	Do Estado - Valor Atribuído Período 2022	Do Estado - Valor Imputado Período 2022
Subsídios ao investimento	0,00	4.485,68
Para ativos fixos tangíveis	0,00	4.485,68
Edifícios e outras construções	0,00	4.485,68
Subsídios à exploração	1.058.872,51	1.058.872,51
Valor dos reembolsos efetuados no período	1.058.872,51	1.063.358,19
De subsídios ao investimento	0,00	4.485,68
De subsídios à exploração	1.058.872,51	1.058.872,51

Durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2023 foram recebidos subsídios à exploração no âmbito do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. no valor de €1.119.222,45. Os subsídios relativos a programas de estágios profissionais, atribuídos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional ascenderam a €9.877,51.

Em 2022 foram recebidos subsídios à exploração no âmbito do acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, I.P. no valor de €1.052.341,98. Os subsídios relativos a programas de estágios profissionais, atribuídos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional ascenderam a €5.634,53 e €896,00 atribuído pelo IAPMEI pela compensação ao aumento do valor da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG).

10 - Instrumentos financeiros

10.1 - Diferimentos

Nome / Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Seguros	2.929,33	11.663,76
Materiais Diversos	11.415,89	3.486,95
Total	14.345,22	15.150,71



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'R.L.' and 'M. B. Costa'.

10.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Capital próprio - movimentos do período 2023:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	43.248,12	0,00	0,00	43.248,12
Reservas	302.681,10	0,00	0,00	302.681,10
Outras reservas	302.681,10	,000	0,00	302.681,10
Resultados transitados	674.800,95	17.216,62	0,00	657.584,33
Outras variações nos capitais próprios	2.570.903,30	0,00	82.608,84	2.653.512,14
Subsídios	119.119,25	4.485,68	0,00	114.633,57
Doações	571.137,64	0,00	0,00	571.137,64
Outras variações	1.880.646,41	0,00	87.094,52	1.967.740,93
Resultado líquido do período	-17.216,62	51.542,27	17.216,62	-51.542,27
Total	3.574.416,85	73.244,57	104.311,14	3.605.483,42

10.3. - Outros passivos correntes

Nome / Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Remunerações a liquidar	246.336,66	223.839,87
Credores por acréscimos de gastos	17.763,07	5.256,60
Despesas por conta de utentes	5.586,40	4.208,52
Fornecedores de investimento	2.067,26	3.198,00
Adiantamento por conta de vendas	0,00	55.000,00
Outros credores	5.496,04	7.468,04
Total	277.249,43	298.971,03

10.4. - Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Valor Líquido Período
Dívidas a receber de clientes	16.177,11	16.177,11
Total	16.177,11	16.177,11

10.5 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Dívidas a instituições de crédito	481.594,55	500.000,00
Total	481.594,55	500.000,00



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

10.6 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2023		31-12-2022	
	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos financeiros:	81.008,66	-16.177,11	63.721,29	0,00
Cientes e utentes	70.859,91	-16.177,11	59.970,15	0,00
Outras contas a receber	10.148,75	0,00	3.751,14	0,00
Passivos financeiros:	338.513,06	0,00	361.714,78	0,00
Fornecedores	61.263,63	0,00	62.743,75	0,00
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00	55.000,00	0,00
Financiamentos obtidos	481.594,55	0,00	500.000,00	0,00
Outras contas a pagar	277.249,43	0,00	243.971,03	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	-17.363,93	0,00	-55,04	0,00
De ativos financeiros	-16.177,18	0,00	-2,79	0,00
De passivos financeiros	-1.186,75	0,00	-52,25	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	-21.142,99	0,00	-1.274,32	0,00
De passivos financeiros	-21.142,99	0,00	-1.274,32	0,00

10.7 - Créditos a receber

Nome / Descrição	31-12-2023	31-12-2022
Cientes	54.682,80	59.970,15
Devedores por acréscimos de rendimento	6.367,28	3.042,75
Outros devedores	3.781,47	708,39
Total	64.831,55	63.721,29

11 - Benefícios dos empregados

11.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas Período 2023	Nº de Horas Trabalhadas Período 2023	Nº Médio de Pessoas Período 2022	Nº de Horas Trabalhadas Período 2022
Pessoas ao serviço da empresa	111,00	192.697,00	108,00	185.947,00
Pessoas remuneradas	111,00	192.697,00	108,00	185.947,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	111,00	192.697,00	108,00	185.947,00
Masculino	6,00	10.498,00	6,00	10.512,00
Feminino	105,00	182.199,00	102,00	175.435,00



11.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Período 2023	Período 2022
Gastos com o pessoal	2.012.842,56	1.741.526,80
Remunerações do pessoal	1.634.236,89	1.406.661,59
Indemnizações	1.959,59	1.621,50
Encargos sobre as remunerações	339.714,20	294.882,08
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	34.537,66	37.814,36
Outros gastos com o pessoal	2.394,22	547,27

Foram reconhecidos como gastos do período de 2023, as férias e subsídio de férias a pagar em 2024, o valor de €246.336,66, mensurados ao custo de acordo com o regime de periodização económica. Em 2022 foram reconhecidos €223.839,87 como gastos, a pagar em 2023.

11.3 - Outras divulgações

Todos os órgãos diretivos trabalham no regime de voluntariado, não auferindo qualquer tipo de remuneração.

12 - Acontecimentos após a data do balanço

12.1 - Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31/12/2023) e a data de autorização para a sua emissão (1/03/2024), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Mesa Gerente em 1 de março de 2024.

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários praticados pelo Revisor Oficial de Contas, para o período de 2023, foram €3.813,00, com iva incluído à taxa legal em vigor, e respeitam unicamente a serviços de revisão legal de contas.



14 - Impostos e contribuições

14.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo devedor 31-12-2023	Saldo Credor 31-12-2023	Saldo Devedor 31-12-2022	Saldo Credor 31-12-2022
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	15.617,02	0,00	17.656,98
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00	1.937,70	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	66.983,57	0,00	64.323,29
Outras tributações	0,00	0,00	0,00	409,20
Total	0,00	82.600,59	1.937,70	82.389,47

15 - Fluxos de caixa

15.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	31-12-2023		31-12-2022	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo Final
Caixa	953,81	1.723,93	208,83	953,81
Depósitos à ordem	99.752,79	75.913,50	107.786,34	99.752,79
Outros depósitos bancários	400.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00
Total	500.706,60	477.637,43	107.995,17	500.706,60

Braga, 1 de março de 2024

P'la Mesa Gerente

O Contabilista Certificado n° 20545

Manuel Fernando Rod. Rod. J.

Juliano Lucchesi

Paulo Roberto...

Paulo Roberto...

Thomas du Barbo

[Signature]



Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2023

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, vem o Conselho Fiscal da Irmandade de Santa Cruz, apresentar o Relatório sobre a ação fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório, as Contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pela Mesa Gerente, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

No desempenho das funções que lhe competem, o Conselho Fiscal procedeu à análise das Demonstrações Financeiras que lhe foram apresentadas, designadamente o Balancete Geral, o Balanço e respetivas notas em anexo, assim como a Demonstração de Resultados, tendo recebido por parte da Direção os esclarecimentos solicitados.

Da análise realizada aos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, verificamos que, de uma forma geral:

1 - A contabilidade está devidamente organizada nos termos das disposições legais em vigor, nomeadamente o Sistema de Normalização Contabilística adaptado às IPSS;

2 - Os documentos de suporte aos registos contabilísticos são de fácil acesso e encontram-se devidamente arquivados, estando alguns com a discriminação das verbas imputadas às valências;

Os rendimentos totalizaram a importância de .2.650.251,60€ enquanto os gastos atingiram o valor de 2.701.793,87€, apurando-se assim, um Resultado Líquido do Exercício negativo no montante de 51.542,27€.

O Relatório apresentado pela Mesa Gerente, espelha a atividade desenvolvida pela ISC no exercício económico de 2023.

Tendo em consideração anteriormente exposto, entende o Conselho Fiscal, que as demonstrações financeiras apresentadas, evidenciam formal e materialmente a situação patrimonial da ISC, pelo que somos do parecer que o Relatório e Contas, relativos ao exercício de 2023, devem ser aprovadas pela Assembleia Geral.

Braga, 6 de março de 2024

O CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

VOGAL

VOGAL

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Irmandade de Santa Cruz

Largo Eng.º Carlos Amarante, 11 - 4700-308 | TLF: 253 205 900
E-mail: geral@irmandadesantacruz.pt

DECLARAÇÃO

ARTUR ARMANDO FREDERICO MOREIRA, Revisor Oficial de Contas, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº. 848, contribuinte fiscal nº. 161341047, portador do cartão de cidadão nº 03435344 5 ZX7, válido até 03-08-2031, com domicilio profissional na Rua Tanque da Veiga, 15, sala 2, 4705-279 Braga, declara expressamente nos termos e para os efeitos do disposto nº 4 do artº 50º da Lei 140/2015, aceitar exercer as funções de Revisor Oficial de Contas Suplente da Sociedade “**IRMANDADE DE SANTA CRUZ**”, com o NIPC 500877491, com Sede no Largo Engenheiro Carlos Amarante, nr. 11, 4700-308 Braga, para o remanescente do mandato correspondente aos anos fiscais de 2023 a 2026.

Vila Nova de Gaia, 28 de fevereiro de 2024



Artur Armando Frederico Moreira

(ROC nº 848)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Irmandade de Santa Cruz**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 4.508.191,62 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.605.483,42 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 51.542,27 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Irmandade de Santa Cruz** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do

que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

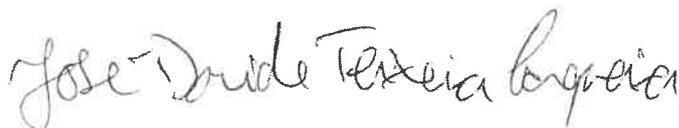
Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a

informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 4 de março de 2024

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.

Representada por



José Davide Cerqueira, ROC nº 1586

Irmadade de Santa Cruz
Largo Eng.º Carlos Amarante, 11
4700 - 308 Braga

Exma. Mesa Gerente da
Irmadade de Santa Cruz
4 de março de 2024

Carta à Mesa Gerente

Exmos. Senhores,

Integrado no trabalho de Revisão de Contas desenvolvido no exercício de 2023 vimos deste modo chamar a atenção para algumas situações que consideramos importantes, além das referidas na Certificação Legal das Contas, as quais se encontram desenvolvidas no anexo a esta carta.

Agradecemos toda a colaboração que nos foi prestada durante o nosso trabalho pelos Serviços e Administração da empresa ficando ao vosso dispor para qualquer esclarecimento adicional que considerem pertinente sobre os assuntos mencionados.

Com os nossos melhores cumprimentos,

De V. Exas.
Atentamente

Carmo & Cerqueira SROC, Lda
representada por:



José Davide Teixeira Cerqueira, ROC nº 1586

1) Propriedades de Investimento

No decurso do nosso trabalho de auditoria verificamos que os Ativos Fixos Tangíveis e as Propriedades de Investimento se encontram registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade. No entanto, as Propriedades de Investimento não têm vindo a ser depreciadas.

Como o critério de mensuração é o custo, as Propriedades de Investimento deveriam ser depreciadas anualmente. Não obstante, atendendo a que o valor real destas Propriedades de Investimento é bastante superior aos valores que constam na contabilidade, recomendamos que o método de mensuração seja alterado para o justo-valor, o que pressupõe a avaliação recorrente das Propriedades de Investimento. Esta alteração irá reforçar os Capitais Próprios da instituição.

2) Fundos Patrimoniais - Doações / Heranças

Na análise das Demonstrações Financeiras, verificamos que na rubrica de Fundos Patrimoniais se encontram contabilizadas heranças e doações em dinheiro ou com ativos associados.

Recomendamos que para as heranças e doações com ativos associados, para as quais os ativos já não pertençam à Irmandade de Santa Cruz, estes montantes sejam transferidos para Resultados Transitados.

De igual forma, recomendamos que as heranças e doações em dinheiro sejam transferidas para Resultados Transitados, uma vez que deveriam ter sido reconhecidas como rendimentos do período ao qual diziam respeito.

A forma mais prática que entendemos, é a de fazer um levantamento do que ainda tem ativos subjacentes e, que tudo o resto, por diferença, seja transferido para Resultados Transitados.



R.
P. B.
D. M.
D. M. B. B.
D. M. B. B.

Certificação Legal de Contas



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

Declaração de responsabilidade

À

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.

4 de março de 2024

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito do vosso exame às demonstrações financeiras da **Irmandade de Santa Cruz** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conducente à respetiva Certificação Legal das Contas.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

1. Pusemos à vossa disposição todos os registos contabilísticos e respetivos suportes documentais e outros, assim como toda a correspondência relevante e as atas de todas as reuniões dos acionistas/sócios e dos órgãos sociais e comissões.
2. As demonstrações financeiras não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes.
3. Todas as operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados.
4. Estão registados todos os ativos de que a empresa é titular e não existem acordos ou opções de recompra, ónus ou quaisquer outros encargos sobre os mesmos, para além dos divulgados no Anexo.
5. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de imobilizações, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
6. Registámos e divulgámos, consoante o apropriado, todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

BRAGA

as garantias prestadas a terceiros. Para este efeito tomámos em consideração as informações prestadas pelos advogados e confirmamos que é completa a lista que vos foi fornecida sobre todos os advogados com que a empresa tem relações.

7. Para além das constantes das demonstrações financeiras, não há quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados.
8. Não há acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentos de dinheiro ou linhas de crédito ou acordos similares.
9. É completa a informação que vos foi prestada sobre a identificação das partes em relação de dependência e sobre os respetivos saldos e transações, a qual se encontra adequada e integralmente divulgada no Anexo.
10. Não se verificaram acontecimentos subsequentes ao fecho das contas que requeiram ajustamento ou divulgação nas notas.
11. Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afetar os saldos ou a classificação de ativos ou passivos constantes das demonstrações financeiras.
12. Não temos projetos ou intenções de encerrar ou alienar linhas de produção, nem planos de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de existências, nem perdas de valor de imobilizações.
13. A empresa cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
14. Não existem situações de branqueamento de capitais, financiamento de terrorismo ou outras situações de "Branqueamento de Vantagens de Proveniência Ilícita" a que se refere a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.
15. Não existem riscos significativos ou materialmente relevantes, nomeadamente o de continuidade das operações, que possam vir a afetar a empresa, decorrentes da ocorrência do "Brexit".
16. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes



IRMANDADE DE SANTA CRUZ

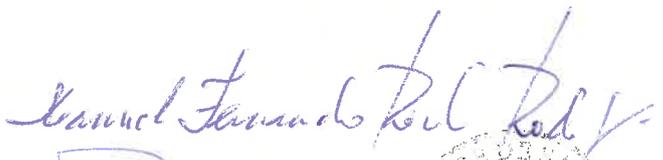
BRAGA

(verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas, nomeadamente no que respeita aos valores em dívida à Administração Fiscal e Segurança Social.

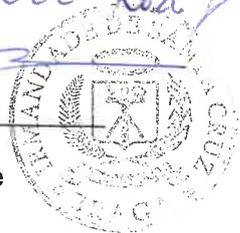
17. As despesas escrituradas como confidenciais relacionam-se com o curso normal dos negócios da sociedade.
18. Não se verificaram irregularidades envolvendo os gerentes, diretores ou empregados, que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
19. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
20. Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações.
21. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras.

Pela Mesa Gerente,

O Contabilista Certificado



A Mesa Gerente



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Irmandade de Santa Cruz**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 4.508.191,62 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.605.483,42 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 51.542,27 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Irmandade de Santa Cruz** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do

que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

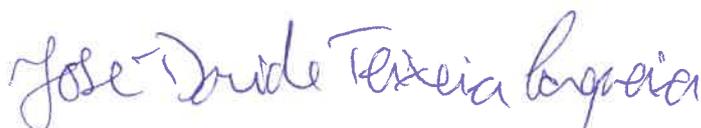
Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a

informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 4 de março de 2024

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.

Representada por



José Davide Cerqueira, ROC nº 1586